

Economia Política Internacional

Análise estratégica

n. 4 – janeiro a março de 2005

Publicação Trimestral do

Centro de Estudos de Relações
Econômicas Internacionais - CERI



UNICAMP
Instituto de Economia

SUMÁRIO

EDITORIAL

Dependência ou soberania

José Carlos de Souza Braga 1

Furtado: um economista a serviço da
Nação

Plínio de Arruda Sampaio Jr. 3

Reestruturação da dívida Argentina:
proposta e resultados

Ana Rosa Ribeiro de Mendonça 12

Argentina recupera los grises

Andrés Ferrari 19

A diplomacia do dólar: moeda e império
(1898-1914)

Pedro Paulo Zahluth Bastos 27

Meta de Inflação nos EUA: questão de
tempo ou algumas outras questões?

Simone Silva de Deus 41

=

EDITORIAL

DEPENDÊNCIA OU SOBERANIA

José Carlos de Souza Braga ¹

Há novidade no cenário financeiro internacional que merece reflexão ao mesmo tempo ousada e serena. Trata-se da renegociação da dívida externa pela Argentina, a partir da moratória decretada em dezembro de 2001 e concluída em fevereiro de 2005. Ousada porque é necessário reconhecer que há momentos em que a autonomia do plano político (ou da sociedade) sobre o econômico manifesta-se justamente como um ato inovador, diferente e, no caso, soberano. Serena porque não se trata de fazer apologia da inadimplência diante de contratos internacionais que devem ser respeitados.

Os artigos de Ana Rosa Ribeiro de Mendonça e Andrés Ferrari empreendem esse tipo de reflexão. No primeiro, compreendemos a essência da busca desse país: "... a explícita vinculação do serviço da nova dívida à capacidade de pagamento não simplesmente do governo, já que os critérios eleitos não são necessariamente orçamentários, mas da economia argentina, além do compromisso com o crescimento. A idéia parece ser criar um círculo virtuoso e factível em torno do crescimento: quanto mais a economia cresce, mais os credores ganham". No segundo, é feita uma consideração politicamente importante: "*El mérito que no puede quitarsele a Kirchner y Lavagna es no haber aceptado, como com Menem y De la Rúa, que la única opción era complacer al Dios mercado financiero*".

¹ Diretor Executivo do CERI.

E em sua explicação da recuperação econômica – ocorrida durante 2003/2004 – após um ano da moratória, destaque-se: “*Reducir el pago de interes disminuyó el drenaje de recursos que la Argentina se había acostumbrado a transferir al exterior em los 1990*”. Nenhum dos dois autores, entretanto, deixa de observar que o caminho a ser percorrido é árduo, consideradas as seqüelas decorrentes de se ter adotado, durante tanto tempo, a conversibilidade e paridade fictícias de uma moeda da periferia face à reserva de valor internacional – o dólar. Há que se considerar, ainda mais, o conflito político-econômico aberto por essa solução independente.

O peso histórico das relações entre nações devedoras da América Latina e países credores anglo-saxões ou europeus é perceptível na análise de Pedro Paulo Zahluth Bastos. Ele realiza uma acurada recuperação da secular “Diplomacia do dólar” que de certa forma acaba de ser, pelo menos momentaneamente, derrotada pela ação do governo argentino de Kirchner. Num parágrafo que se segue a referências acerca das intervenções militares efetuadas pelos credores, durante o final do século XIX e parte século XX, ele esclarece os diferentes “argumentos dos financistas”: “Uma forma mais indireta de diplomacia financeira ocorria quando, em meio a episódios de renegociação de dívidas, os credores enviavam ‘missões técnicas’ para aconselhar e monitorar condicionalidades impostas à política econômica de Estados inadimplentes. Como o prêmio esperado pelo bom comportamento era visto como compensador – renegociar a dívida e/ou poder participar de um novo ciclo de financiamento internacional –, as condicionalidades sugeridas pelos credores eram aceitas com pequena resistência, sobretudo quando a ameaça velada de intervenção armada temperava as sugestões”. É significativa a nota 11 de Pedro Paulo Bastos a propósito da indignação de Sampaio Vidal, ministro brasileiro da Fazenda, em 1924, diante de proposta dos *money doctors*, a soldo dos credores internacionais.

O mestre Celso Furtado, que mais uma vez é homenageado por nós do CERI, viveu a escrever sobre a “velha e a nova” dependência com que têm se defrontado as nações latino-americanas. Suas idéias corroboram a necessidade de que, em determinadas circunstâncias, os países adotem posturas (ou até mesmo rupturas) sem as quais suas condições de reprodução econômica e de vida de suas populações ficam comprometidas por tempo indefinido. Plínio de Arruda Sampaio Jr., estudioso da obra de Furtado, mostra como ler ou reler as obras que tratam das relações internacionais: “O cerne da análise de Furtado é mostrar a relação contraditória entre a situação de dependência e a construção da Nação”. Nessa chave, referindo-se à visão do autor acerca da hegemonia do neoliberalismo, ele segue: “Ao franquear o caminho para uma inserção hierarquizada na divisão internacional do trabalho a tutela da comunidade financeira internacional sobre os rumos da política econômica abalou a posição do mercado interno como eixo dinâmico da economia e implicou um tipo de alocação de recursos que vem comprometendo a coerência sistêmica da economia nacional”.

Com a necessária e pertinente ironia Simone Silva de Deos discute a possibilidade dos Estados Unidos virem a adotar o regime de política econômica baseado em metas de inflação, utilizado atualmente no Brasil. Ela considera que pelo menos enquanto o regente do Federal Reserve (o banco central americano) for Alan Greenspan é pouco provável que aquele país “amarre as próprias mãos”.